MANUELA CARNEIRO DA CUNHA (ORG.)
FRANCISCO M. SALZANO
NIÉDE GUIDON
ANNA CURTENIUS ROOSEVELT
GREG URBAN
BERTA G. RIBEIRO
LUCIA H. VAN VELTHEM
BEATRIZ PERRONE-MOISÉS
ANTÔNIO CARLOS DE SOUZA LIMA
ANTÔNIO PORRO
FRANCE-MARIE RENARD-CASEVITZ
ANNE CHRISTINE TAYLOR
PHILIPPE ERIKSON
ROBIN M. WRIGHT
NÁDIA FARAGE
PAULO SANTILLI
MIGUEL A. MENÉNDEZ
MARTA ROSA AMOROSO
TERENCE TURNER
BRUNA FRANCHETTO
ARACY LOPES DA SILVA
CARLOS FAUSTO
MARY KARASCH
MARIA HILDA B. PARAÍSO
BEATRIZ G. DANTAS
JOSÉ AUGUSTO L. SAMPAIO
MARIA ROSÁRIO G. DE CARVALHO
SILVIA M. SCHMUZIGER CARVALHO
JOHN MANUEL MONTEIRO
SONIA FERRARO DORTA

HISTÓRIA DOS ÍNDIOS NO BRASIL

2.ª edição

FAPESP
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMPANHIA DAS LETRAS

SMC
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Biblioteca Digital Curt Nimuendajú
http://www.etnolinguistica.org/historia

Copyright © 1992 by os Autores

Projeto editorial:
NÚCLEO DE HISTÓRIA INDÍGENA E DO INDIGENISMO

Capa e projeto gráfico:
Moema Cavalcanti

Assistência editorial:
Marta Rosa Amoroso

Edição de texto:
Otacílio Fernando Nunes Jr.

Mapas:
Alícia Rolla
Tuca Capelossi

Mapa das etnias:
Clarice Cohn
Edmundo Peggion

Índices:
Beatriz Perrone-Moisés
Clarice Cohn
Edgar Theodoro da Cunha
Edmundo Peggion
Sandra Cristina da Silva

Pesquisa iconográfica:
Manuela Carneiro da Cunha
Marta Rosa Amoroso
Oscar Calávia Saéz
Beatriz Calderari de Miranda

Revisão:
Carmen Simões da Costa
Eliana Antonioli

1ª edição 1992

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

História dos índios no Brasil / organização Manuela Carneiro da Cunha. — São Paulo : Companhia das Letras : Secretaria Municipal de Cultura : FAPESP, 1992

Bibliografia.
ISBN 85-7164-260-5

1. Índios da América do Sul — Brasil — História I. Cunha, Manuela Carneiro da.

92-1393 CDD-980.41

Índices para catálogo sistemático:
1. Brasil : Índios : História 980.41

1998

AL BR
F2519
.H57
1998x

Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORA SCHWARCZ LTDA.
Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 72
04532-002 — São Paulo — SP
Telefone: (011) 866-0801
Fax: (011) 866-0814
e-mail: coletras@mtecnetsp.com.br

A ÁREA MADEIRA-TAPAJÓS
Situação de contato e relações entre colonizador e indígenas

Miguel A. Menéndez

A ocupação efetiva pelo branco do vasto território que medeia os rios Madeira e Tapajós é muito recente. Poder-se-ia dizer que ela se completa no presente século, entre 1950 e 1970. Entretanto, esse processo foi lento e gradual, registrando-se sua origem na primeira metade do século XVII, sendo marcado inicialmente por sucessivas viagens que se estendem até inícios do século XX e que tinham por objetivo reconhecer o território a ser incorporado e abrir caminho à colonização. Afora a presença esporádica de "tropas de resgate" ou de expedições ocupadas na extração das "drogas do sertão", apenas os aldeamentos religiosos dos jesuítas vão ser uma presença constante entre 1680 e 1775. O leigo só se estabelece de forma permanente após a expulsão dos jesuítas e a implantação da política pombalina para toda a Amazônia.

Assim, uma tentativa de reconstruir o panorama etnográfico da área Madeira-Tapajós desde os primeiros contatos entre índios e brancos até fins do século XIX deve ser realizada dentro do marco fornecido pelo processo de ocupação portuguesa da região. Apesar da vastidão de um território praticamente inexplorado pela arqueologia e pela antropologia, e pouco trabalhado por uma historiografia de caráter etno-histórico preocupada em levantar e registrar a memória dos povos indígenas, apresenta-se para a área Madeira-Tapajós um volume considerável de documentação histórica produzida pelo período colonial e no Brasil império referente aos grupos indígenas aí localizados. A natureza da informação diz respeito principalmente à denominação imposta pelos portugueses a esses grupos, fornecendo-nos sua localização e um conjunto de dados que, embora escassos, nos permitem reconstruir alguns aspectos específicos da sua etnografia e de suas relações intertribais e interétnicas.

AS POPULAÇÕES INDÍGENAS DO MADEIRA-TAPAJÓS DO SÉCULO XVI AO XIX: OS POVOS TUPI

O primeiro aspecto a ser destacado dessa documentação é a alta densidade demográfica que ela sugere para a área, pelos muitos etnônimos registrados ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX. Aliás, esses etnônimos são a chave para uma compreensão mais precisa da configuração etnográfica do território e, apesar de serem sempre anotados como indicativos de povos ou nações diferentes, muitas vezes correspondem apenas a grupos locais que integram unidades sociais mais amplas. É o caso dos Iruri, referidos adiante.

Um levantamento desses etnônimos, de sua localização e das possíveis relações a serem estabelecidas entre eles pode ser encontrado em Menéndez, 1981.

No século XVII, o grosso das informações etnográficas, devidas aos primeiros exploradores, Cristobal de Acuña e Maurício de Heriarte, que participaram da expedição de Pedro Teixeira ao Peru em 1637, diz respeito aos Tupinambá e aos Tapajós, ambos grupos de alta densidade demográfica,[1] e são as únicas referências a nomes tribais que coincidem nos dois

relatórios. Os autores enfatizam o intenso contato das duas tribos com outros grupos localizados ao sul do rio Amazonas e agrupam as designações tribais[2], individualizando um território correspondente ao rio Madeira, outro ao rio Tapajós e um terceiro correspondendo à região intermediária.

O autor seguinte a nos fornecer dados sobre a região é o padre Betendorf. Missionário entre os Tapajós e profundo conhecedor da região, Betendorf (1690) relaciona, para o Tapajós: Tapajós, Ururucus (próximos aos Tapajós segundo Heriarte), Carossirazes e Quaxinazes; na região intermediária Patuaranas, Tupinambaranas, Maraguazes, Andirazes, Curiatos (próximos à aldeia dos Tupinambaranas, no rio Mamuru) e Abacaxis (próximos à margem direita do Madeira); e para o rio Madeira: Irurizes, Paraparixanas, Aripuanas, Onicores e Torerizes. Quanto ao rio Madeira, as informações de Betendorf provêm dos jesuítas que missionavam nesse rio desde 1683. Os Iruri,[3] contatados nessa data, e os Onikoré, Aripuanã, Parapixâna e Torerizes, contatados em 1688, pertenciam a um único grupo tribal designado pelo cronista como "nação dos Irurizes", moradores tanto das ilhas do Madeira como da margem direita desse rio, ocupando possivelmente também o curso dos rios Aripuaná e Manicoré.

Da mesma época da crônica de Betendorf é o diário do padre Samuel Fritz, que viajou desde o alto Amazonas até o Pará, voltando para os domínios espanhóis em 1691. No mapa então elaborado, Fritz localiza a maior parte dos grupos referidos por Betendorf, dando ainda a localização de outros, não mencionados até então pelas crônicas, e que posteriormente serão contatados e aldeados (Menéndez, 1981:316, Figura 3).

Tudo indica que, até meados do século XVII, a região sofreu um processo de expansão dos Tapajós e Tupinambá, tendo como conseqüência o contato, vassalagem, escravidão e movimentação dos grupos localizados na área em questão. Entretanto, registra-se uma rápida retração desses dois grupos como resultado do intenso contato com o branco.[4] Em 1690, trinta anos depois de iniciada a catequese na região, pouco restava da populosa aldeia situada na foz do Tapajós, e nesse tempo já não se fala mais dos Tupinambá como etnia. O espaço deixado por esses dois grupos passa a ser rapidamente ocupado por aqueles que se achavam sujeitados ou escravizados e registra-se o surgimento de novos agrupamentos, a que se refere a maior parte das informações do século seguinte.

No século XVIII, o aldeamento dos Tapajós, de que em 1690 pouco restara, parece ter um novo período de prosperidade, nele aldeados, além de Tapajós, também outras tribos, principalmente os Arapiuns e Coarirenses, "os quais são já para cima de 35 mil cristãos" (padre Jacinto Carvalho, in Leite, 1943, III:362).

No que se refere a outros grupos indígenas (que não os Tapajós e os Tupinambaranas), as melhores fontes para este século são Rodrigues (1714), São José (1763), Monteiro Noronha (1768) e Almeida Serra (1797).

Em carta escrita ao padre Carvalho em 1714, o jesuíta Bartolomeu Rodrigues — missionário do aldeamento dos Tupinambaranas — fornece ao todo 27 designações tribais para o rio Madeira (compreendendo, além do Madeira, também o Mamoré), 48 para a região intermediária, duas para a aldeia dos Andirá e oito para a dos Tupinambaranas. Temos assim o registro de 85 grupos na região.

Poucos são os grupos localizados por Rodrigues na margem esquerda do Madeira.[5] Os Guajaris correspondem aos "Guayazis" de Acuña, verificando-se assim, entre 1639 e 1714, deslocamentos desse grupo. Em 1724 um grupo numeroso de Purupurus foi levado para a aldeia de Trocano (Borba) no rio Madeira (Caeiro, 1936:495). Em 1853 estavam aldeados na missão dos rios Purus e Quary na margem oriental do Solimões junto com Mura e Puru (Aranha, 1852:97). A referência de Rodrigues é a primeira para os Pama e Cavaripuna, cuja localização mais precisa é dada por fonte posterior.[6]

Das denominações relacionadas por Rodrigues na margem esquerda do Madeira,[7] as cinco primeiras parecem corresponder à nação Iruri. O registro dos Mucas e Mura,[8] entre os rios Maici e Manicoré, é o primeiro referente a esses indígenas. Os Tora (Torazes), segundo tradições recolhidas por Nimuendaju (1925:137), seriam antigos moradores da área do Maici, desde a foz do Machado até as cabeceiras do Marmelos. Em 1716, os Tora foram atacados no Maici por João de Barros, sofrendo os efeitos punitivos dessa expedição. Depois dessa data, uma parte dos Tora foi al-

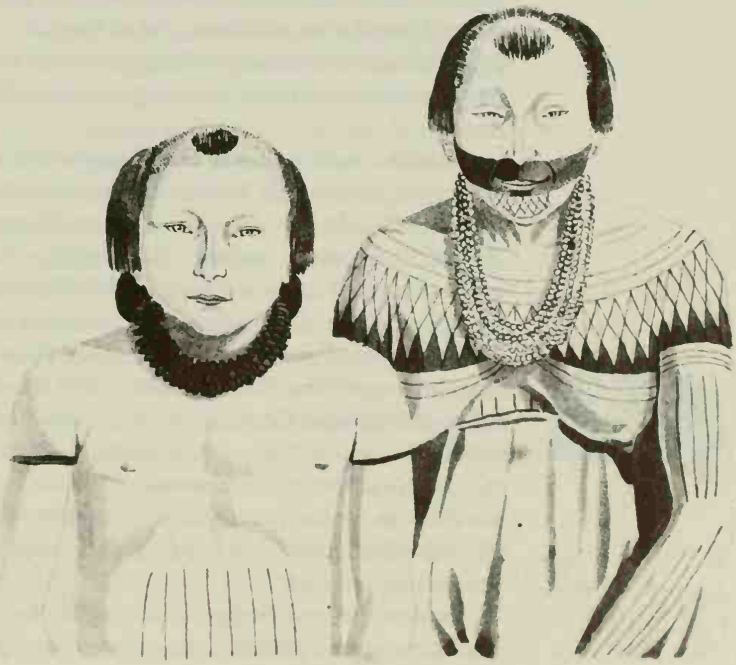
deada no rio Abacaxis junto com contingentes de diversos grupos, e a outra foi levada para um aldeamento na foz do Xingu (Porto de Moz), "mas a grande parte mais afastada da tribo que não foi atingida pela guerra conservou-se no sertão" (Nimuendaju, 1925:137). Quanto aos Arara, Rodrigues os relaciona como numerosíssimos, ocupando a foz do rio Ipitia (provavelmente nome dado então ao Preto ou ao Machado). É possível que se trate do mesmo grupo relacionado em 1691 por Fritz. Fonseca (1860:300) faz referência, ao sul do Aripuaná, à ilha dos Arara na região das cachoeiras do Madeira — 9° 40' de latitude sul — (Castelnau, 1850; Atlas, prancha 29), assim como aldeados, junto com Tora, na missão de São Francisco do Machado (Fonseca, 1881:135). Essa série de localizações, sempre na banda oriental do rio, sugere que, logo depois de terem entrado em contato com o branco, os Arara iniciaram movimentos em direção sul, ocupando diversas posições até aquela apontada por Rodrigues. Dos grupos seguintes, apenas os Manis (referidos como Mami) aparecem em relato posterior (Noronha, 1862:29) habitando em 1768 o Madeira. Dos Jaguaretus, uma parte foi aldeada entre os Abacaxis (Caeiro, 1936:487), referidos como Jaguaretés. Em 1857, contingentes Jauaretés são localizados na foz do rio Aripuana (Amaral, 1857:615). Quanto aos Abacaxis, cujo nome antigo, segundo Rodrigues, teria sido "Chichirinins", não parecem por isso mesmo ser o mesmo grupo mencionado por fontes do século XVII.

O grande número de designações fornecidas por Rodrigues para a área intermediária entre o Tapajós e o Madeira evidencia o quanto se encontrava então povoada. No rio Canumá, só há referência posterior a um dos quatro grupos citados,[9] os Muraguaz (Daniel, 1860:173). No rio Guarinamã (possivelmente o Abacaxis) Rodrigues menciona os Muraguas.[10] Das dezessete denominações de grupos do rio dos Maguês,[11] atual Mahué, os Sapupé, Periquito, Apanariâ e Soarirana são mencionados pouco depois por São José e Monteiro Noronha. Os primeiros deles, já mencionados por Fritz, deslocaram-se assim aparentemente do Tapajós para o Mahué. Dos treze nomes relacionados como grupos do rio Andirá,[12] assim como dos dois referentes ao rio Guamuru,[13] não há referências posteriores. Rodrigues cita doze grupos no rio Mariacoã/Acuriato (hoje Mariaqua).[14] Destes, apenas o dos Mateupû parece ter correspondência com o nome de um aldeamento no Tapajós: São José dos Matapus, também chamado Maitapus.

Sobre a procedência dos índios das aldeias Andirases e Tupinambaranas, Rodrigues nos informa que para a primeira desceu "parte" das nações Amoria e Acaiunia, porém não dá sua localização original. Para a aldeia dos Tupinambaranas, o religioso efetuou vários descimentos, dos quais os Comandis, Ubucoaras, Mujuaria, Sapupé e Monçau localizavam-se na região do rio Mahué; quanto aos Andirases, Puraiuania e Capiurematia, habitavam o rio Mariaqua.

A segunda fonte para este século é João de São José, bispo de Grão-Pará. Percorreu o baixo Tapajós e outras áreas amazônicas, em 1762-3. Complementando suas informações com outros dados da época, conseguiu determinar com bastante precisão a localização dos grupos da bacia do Tapajós, compreendidos ali seus formadores, Arinos e Juruena. Monteiro Noronha, vigário geral do rio Negro, nos deixou um diário de viagem feita em 1768, com informação adicional sobre os rios Mahué, Abacaxis, Canumá e Madeira, além do Tapajós. O curto espaço entre as duas descrições permite ter uma visão de conjunto das designações tribais para a segunda metade do século XVIII.

Mulher e criança Munduruku. Aquarela de Hercules Florence.



Apenas o rio Tapajós é tratado conjuntamente pelas duas fontes. Ambos mencionam aí os Jacareuara ou Jacaretapiya (Jakareguá), Tapaceraria, Sapope, Surinana, Periquito e Uarupá, este último e os Sapope[15] relacionados por Noronha também na região intermediária (onde figura outro grupo que São José localiza na margem esquerda do Tapajós, os Commandiz ou Conany). Entretanto é São José que nos fornece dados para uma localização mais exata dos grupos. Na margem direita encontramos os Mawé (quatro léguas terra adentro), os Urupá, com limite sul no rio Harevan ou São João da Barra, afluente do Juruena (São João, 1847:95), os Tapacoraria ou Tapacora, nos rios Tapacora-uassu e Tapacora-mirim (afluentes do baixo Tapajós), grupo do qual alguns foram descidos em Villa Franca (1847:100). Na margem esquerda do rio localizavam-se os Jakareguá, Sapupé, Surinâna e Periquito, entre 4° 30' e 6° 50' de latitude sul.[16] São José ainda se refere aos Arapiyú, aldeados em Vila Franca, margem esquerda do rio, e aos Muriva como ocupando o antigo território dos Tapacora e confinando ao sul com os Amanaju (ambos na margem direita do Tapajós).

Dos cinco grupos localizados por São José na confluência do Arinos só os Apanaurias[17] podem ser relacionados com outro já registrado: os Apanairia de Rodrigues, localizados por esse autor no Mahué. Na margem direita do Arinos, São José localiza o grupo homônimo, cujo território se limitava então ao norte com o dos Urupá e ao sul com o dos Maguary,[18] provavelmente os mesmos Macuaris que São José localiza, contudo, na margem esquerda do rio.

Noronha menciona ainda no Tapajós os Carary, Uarapiranga e os Yavaim, apenas estes últimos podendo ser encontrados em Daniel (1860:287-8), como inimigos dos Urupá, e localizados por Castro e França (1868:130) na margem direita do Tapajós, pouco depois da cachoeira dos Feixos (hoje Jamachin). Na região intermediária, Noronha cita, além dos já referidos Sapupé, Comany, Urupá e Mawé, os seguintes grupos: Aitouaria, Acaraiuara, Brauara, Curitia e Muturucu. Somente o último reaparece em fontes posteriores, pois, segundo Horton (1948:272), esta é a primeira menção para os Munduruku.

No que diz respeito ao Madeira, Noronha confirma o predomínio que, nessa época, os então agressivos Mura possuíam nesse rio, não passando contudo do rio Jamary para cima (1862:30). Quanto aos Orupa, localizados no Madeira, não há dados que nos permitam estabelecer, apesar da semelhança de grafia, uma relação com os Urupá localizados por esse autor no Tapajós e na região intermediária.

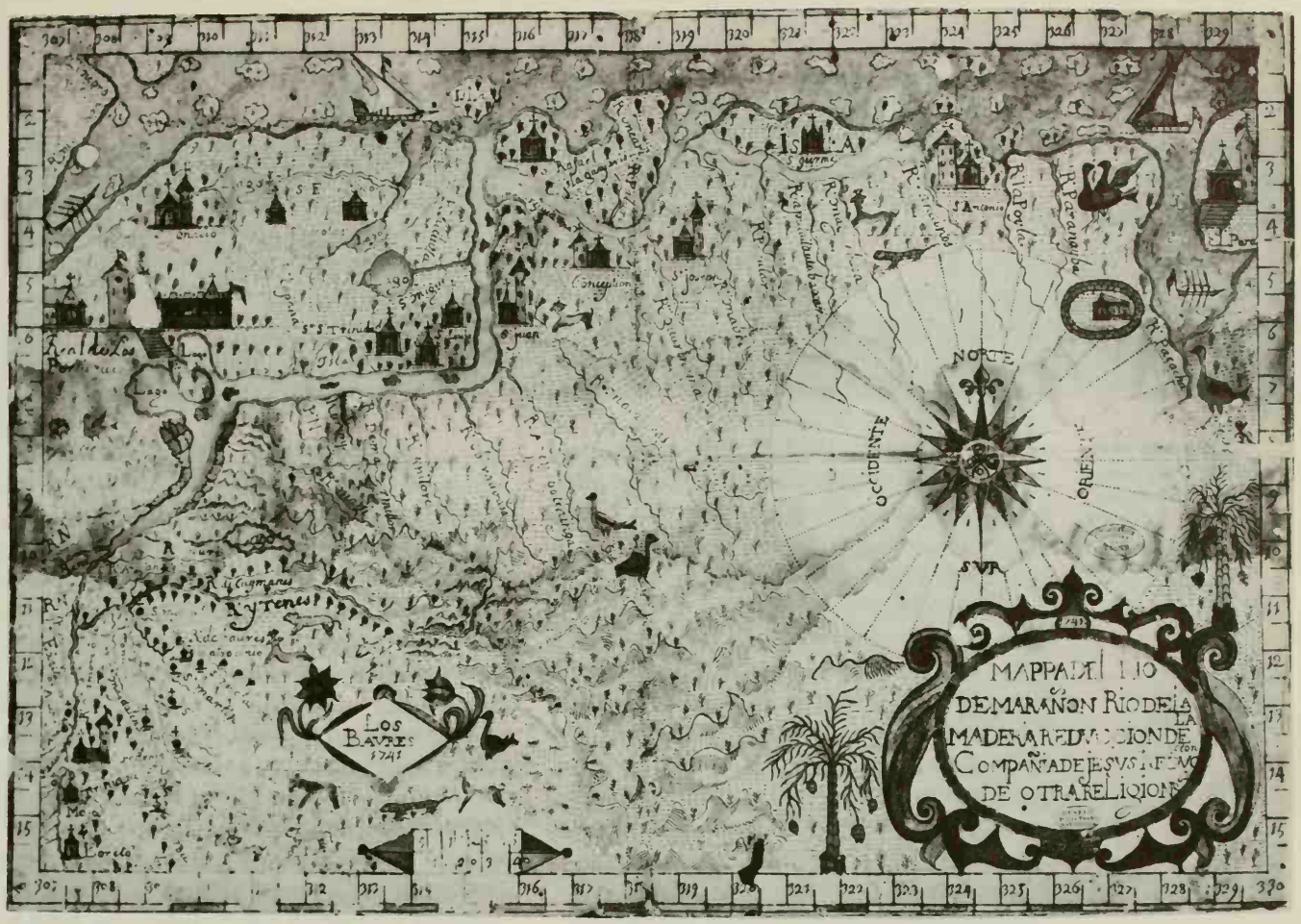
Das restantes designações tribais que Noronha deixou para o rio Madeira, Arara, Marupá, Pama, Tura, Tocuma, Mami, Cauaripuna, Yuqui, Matanauí-ou Matanawi e Yauretiuara, os dois últimos voltam a aparecer em diversos registros, evidenciando muitos deslocamentos dentro da área.

A última fonte do século XVIII para a localização de grupos indígenas na área é Ricardo Franco de Almeida Serra, com uma rápida enumeração dos que se encontravam ao longo do sistema Tapajós-Juruena-Arinos. Para o Tapajós temos os Tapajós, Manducus, Mondruci, Xavantes, Urubus, Passabus, Hia-u-ahins, Erereuuas, Magues, Ituarupas, Hy-aii-ahim, Urucu, Tapujas. Na confluência Tapajós-Juruena, os Mombrianas, U-y-apes, Cabaibas e Apiacás. No Juruena, os Mambares, Sarumas, Uhahias, Camarares, Matusares. E no Arinos, os Arinos, Bacuris e Guajojus. Os Ituarupa parecem ser os Guarupa ou Uaurupa mencionados pelas fontes anteriores. Caeiro (1936:491) e Daniel (1860:171) coincidem ao assinalar que esse grupo abandonara o aldeamento do baixo Tapajós, onde fora descido em 1722.

À altura da quarta cachoeira situavam-se os Hy-aií-ahim. Segundo Horton (1963:272), esses indígenas são os Jaguaim ou Yauaim, mencionados respectivamente por Daniel e Noronha. Os Hia-u-ahins (Almeida Serra, 1869:3), também moradores do Tapajós, devem ser os Hy-aií-ahim mencionados por Almeida Serra no mesmo trabalho (1869:5).

Por outro lado, a designação Mondruci (Munduruku) é a segunda referência para esse grupo no Tapajós. O primeiro a fazer referência a eles nesse rio é Ribeiro Sampaio, quando informa que os "Muturicus [que] de quatro anos [1770] a esta parte hostilizam as nossas povoações do rio Tapajóz" (1825:30).

Almeida Serra (1847:5) os dá como já pacíficos moradores do rio Vermelho, que parece corresponder ao atual Costa Pinheiro (afluente do Juruena). Se essa informação for correta, essa é a posição mais atual que possuímos para os Munduruku.



Mapa das aldeias jesuíticas do rio Madeira em 1741.

Por último, no Juruena, Almeida Serra localiza os Apiaká, Mombrianas, U-y-apes e Kawahiwa, sendo essa a primeira vez que as três últimas denominações aparecem na literatura.

Isso posto, das designações apresentadas por Almeida Serra, as de maior interesse para nós são as que se referem aos Munduruku, Apiaká, Mawé e Kawahiwa, na medida em que a preponderância desses grupos na região, desde fins do século XVII e ao longo do XIX, levou posteriormente a caracterizar o território Tapajós-Madeira.

Essa presença marcante que Munduruku e Apiaká tiveram na área Tapajós-Madeira ao longo do século XIX, os primeiros no curso do Tapajós e na região intermediária, os segundos no Juruena e Arinos, é confirmada desde as primeiras notícias que possuímos para esse período histórico (Castro e França, 1812).

No outro lado da área, no rio Madeira, os Mura, que desde 1784 tinham encerrado as hostilidades com o branco, são assinalados no curso baixo e médio, com sete aldeias, em 1828. Fernandez de Sousa os assinala no rio Matupiri e em Três-Casas, também na margem esquerda do Madeira, com apenas três casas mas em que "moram muitos centos de famílias, por consiguinte mui grandes" (1848:425).

Na região intermediária, existiam desde fins do século XVIII três povoações fundadas por elementos brancos: Vila Nova da Rainha, com índios Sapupé e Mawé; a Missão do Mahué, com índios dessa tribo; e a Missão do Canumá (Munduruku). Em 1828 essas povoações possuíam, respectivamente, 1700, 1500 e 1800 ocupantes entre índios e brancos (Sousa, 1848:418, 425). Pode-se observar que toda essa informação corresponde à periferia da área, sendo o seu interior escassamente conhecido. Em 1820, o rio Sucunduri — curso superior do Canumá — era conhecido, pelo menos, até a cachoeira do Airi — 6° 45' de latitude sul —, em local denominado Porto dos Munduruku (Spix, s. d., III:307; e Coudreau, 1977:45). Só em 1853 é realizada uma exploração aos "sertões interiores" ao longo dos rios Abacaxis e Crauiry, com o objetivo de procurar uma via de comunicação mais rápida entre Manaus

Apiacás na vista do Salto Juruena, conhecido como Salto Augusto. Nanquim aguado de Hercules Florence.

e Cuiabá (Furtado, 1853:255). Pode-se dizer, porém, que o território entre os cursos médios do Madeira e Tapajós permanecia "terra incógnita" ainda em fins do século XIX.

Aires de Casal, ao referir-se à Mundurucânia, diz que "à exceção de alguns pedaços sobre as margens dos rios que a limitam, tudo o mais é dominado por várias nações selvagens, das quais as mais conhecidas são os Jumas, os Maués, os Pamas, os Parintintins, os Muras, os Andiras, os Araras e Mundurucus, que dão nome ao país: cada uma com seu idioma, e todas repartidas em hordas, das quais umas são errantes ainda, outras já têm aldeias fixas onde habitam como os cristãos" (1976:324).

Ao ocupar-se das cabeceiras dos rios Mahué, Abacaxis e Canomá, Fernandez de Sousa informa que "os seus centros são habitados de várias tribos gentílicas de diferentes linguagens. Os mais conhecidos são: Sapupé, Caripiá, Mandrucu, e Parintintim".

A informação mais precisa que possuímos para os grupos arredios que habitariam a região intermediária, além daquela fornecida por Aires de Casal e Fernandez de Sousa, é a subministrada, em 1853, a Rodrigues Medeiros (Penna, 1853:197), na sua exploração dos rios Abacaxis e Cruary por Munduruku aí localizados. Ela refere-se a Matuaues, Araras, Parintintins, Juruas e Pirianus. Desses cinco grupos, os três primeiros já eram conhecidos nessa data. Quanto aos Juruas, provavelmente correspondam aos Jurazes mencionados por Daniel (1860:173).

Os Pirianus também são mencionados pela primeira vez e de acordo com Nimuendaju correspondem aos Pirahã, uma subtribo dos Mura (1925:142).

Na análise da área nesse período devem ser levadas em conta tanto a presença dos Mawé, cada vez mais marcante desde fins do século XVII no território compreendido entre o rio homônimo e o Tapajós, como a expansão munduruku que, desde 1770, vinha se efetuando por toda a região. Esses dois fatos determinam o quadro da situação desse setor da área em meados do século XIX, dado o grande número de assentamentos desses dois grupos aí registrado.[19]

Um artigo do jornal *Telégrafo Paraense* (1829) relaciona como habitando o Madeira: Mura, Arara, Marupo, Pama, Unupa, Tucuna, Manu, Cauripuru, Sapupe, Turocu, Caripea, Mane, Mundurucu, Parintintin, todos arredios. Destes, os Marupos ou Marupa já mencionados para o Madeira por Noronha em 1768 e os Caripea ou Caripiá localizados por Fernandez de Sousa na região dos rios intermediários Mahué, Abacaxis e Canumá.

Outra fonte importante é o relatório de Ferreira Penna (1853:259), em que vêm registrados os grupos tribais conhecidos na época para a província do Amazonas, o rio do qual procediam e o local onde se encontravam alojados (vide Menéndez, 1981:336). Como arredios constam, no Madeira, os Aricunane, Ariquena, Bari, Juqui, Pamma, Yaurá e Itatapriá, os últimos também no rio Capana. Itacoatiara, Coari, Parauari, Andirá, Lusea, Canoma, Maués e Tupinambarana já aparecem como povoações "modernas", de brancos, mestiços e índios cristianizados.

A maior parte das designações de Ferreira Penna já foram mencionadas por fontes anteriores. Novas são as designações de Aricunane, Ariquena, Bari, Catauixi, Itatapria e Sará, que se referem a grupos e indivíduos que foram levados para o rio Madeira, como por exemplo os Ariquena que, oriundos do rio Negro, encontravam-se em 1774 em Borba junto

de Baré, Tora e Orupa (Sampaio, 1825:10). Todavia, em 1782 os indígenas desse rio foram levados para o Madeira com a finalidade de fundar São João do Crato na foz do Jamary (Baena, 1832:439). Quanto aos Catauixi, eram localizados no rio Purus (Sousa, 1848:434). No que diz respeito às outras designações presentes na lista pela primeira vez, não foi possível achar nenhuma referência em outras fontes, o que permite concluir que esses grupos indígenas só pouco antes haviam sido contatados, ante o grande avanço da frente de expansão nesse século.

Para a segunda metade do século XIX, as fontes para o rio Madeira se referem quase exclusivamente aos Mura, Parintintins, Munduruku, Arara e Tora no curso baixo e médio desse rio, indicando as freqüentes hostilidades que esses grupos mantinham entre si e com o branco.

Desde 1852 é registrada na região do rio Marmelos a presença maciça dos Parintintins (Penna, 1853:178). E, em 1857, é mencionada na foz do rio Aripuaná a presença de Arara, Matanau, Ariê, Canga-piranga e Jauarite (Amaral, 1857:614). Em 1887 encontramos designações tribais para o Madeira (Caldas, 1887:46), sem que elas nos permitam precisar localizações ou identificações mais exatas dos grupos. Essa carência de informações de fins do século sobre os grupos indígenas da região parece decorrente da própria situação de ocupação da mesma pelos brancos. A presença cada vez mais intensa da frente extrativista ao longo do curso do Madeira e a ausência de qualquer ação do governo ou de religiosos por falta de pessoal ou de verbas destinadas ao atendimento efetivo da população indígena da província obrigaram os grupos indígenas aí sediados a aceitar as condições impostas pela frente ou, pelo contrário, a recuar frente à sua pressão e a dos outros indígenas, num constante deslocamento. A exceção parece ter sido os Parintintins, que conseguiram manter seu território, por mais de oitenta anos, sob uma estratégia com base em contínuos confrontos.

Quanto ao Tapajós, verificamos em primeiro lugar que tanto o seu curso baixo e médio como a região que se estende desde ambas as margens do rio para o interior do território continuavam densamente povoados pelos Munduruku: no curso baixo do rio existiam treze "aldeias" com 2671 ocupantes; a mais importante das aldeias desse grupo é a "taba das campinas [com] muitas malocas pequenas [...] situada à margem esquerda do Tapajós" (Sousa, 1874:26). O local contava com 7316 indígenas, totalizando o cômputo feito pelo autor em 9917 Munduruku para o curso do Tapajós.[20]

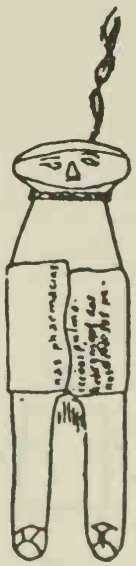
O setor encachoeirado do Juruena parece ter sido a fronteira natural para os assentamentos dos Apiaká e Munduruku. Assim, ao sul dessas cachoeiras e ao longo do curso do Juruena e Arinos, o território era nitidamente Apiaká até os 13° 30' de latitude sul, aproximadamente. Pelo rio dos Peixes os Apiaká dirigiam-se até suas cabeceiras à procura de pedras para seus machados. Aí encontrava-se o domicílio dos Tapanyuna e, ao que tudo indica, esse local era o ponto mais oriental que os Apiaká alcançavam. Para oeste, os Apiaká limitavam com os numerosos grupos que ocupavam a encosta oriental da serra dos Parecis, as cabeceiras e afluentes da margem esquerda do Juruena.

Não possuímos informação certa para calcular quantos seriam os Apiaká que povoavam a região do Juruena-Arinos,[21] embora uma estimativa grosseira do cronista citado calculasse em 16 mil seu número (Anônimo, 1898:103).

Chandless, que na década de 60 viajou pelo Arinos, nos deixou informações mais detalhadas sobre a cultura das populações indígenas da região (1862:273).

Apesar do incontestável predomínio de Munduruku e Apiaká na bacia do Tapajós, as fontes que se ocuparam do alto curso desse rio e de seus formadores nos fornecem diversas designações para outros grupos da área, e as mais importantes delas são Castelnau (1850) e Coudreau (1896). Veja-se em Menéndez (1981:339-46) uma discussão mais detalhada das duas fontes e dos dados de Martius para os grupos aí localizados. Aqui nos limitamos aos dados fornecidos por Coudreau, mais fidedignos, uma vez que esse autor percorreu a região, chegando ao salto Augusto no Juruena e ao de Sete Quedas no Teles Pires, enquanto Castelnau obteve suas informações de segunda mão, em Cuiabá.

No rio Bararati, um afluente da margem esquerda do baixo Juruena, localizavam-se os Parianaia-Bararati. Esse local coincide com o assinalado por Castelnau para os Parintintins e os Jahuariti-Tapuyo. Nimuendaju (1948a:284),



sem fazer referência à designação, porém baseando-se na localização, conclui que um grupo de alto Bararati (os Pariauaia?) seria um setor dos Kawahiwa, ou seja, dos Parintintins.

Já no curso do Juruena propriamente dito e pouco acima da cachoeira de São Simão, começavam, na data da viagem de Coudreau, as habitações dos Apiaká. Esta localização ao longo do setor encachoeirado do Juruena difere daquela dada por Castro e França, que assinala a presença dos Apiaká só no curso livre desse rio, entre a última cachoeira e a confluência com o Arinos. A localização dada por Coudreau torna-se inteligível se recordamos as tentativas feitas para fundar, em 1832, um entreposto no salto Augusto com índios Apiaká (Leverger, 1949:344).

Baseado em notícias dadas pelos Munduruku, Coudreau localiza os Parintintins na faixa de terras que se estende do rio Juruena ao Teles Pires à altura do salto Augusto e do salto das Sete Quedas; não nos fornece, porém, outra informação. Ao sul destes encontravam-se os Taipe-xixi, que são os Parintintins ("Pari-Taypehpeh-shishi" para os Munduruku e "Tacaymbucwu" para as Apiaká, segundo padre Hugo Mense, 1937:82).

Imediatamente ao sul localizavam-se os Parauarête, vizinhos dos Parintintins, conforme Coudreau (1977:87), e ambos os grupos mantinham hostilidades com os Munduruku. Bates (1979:182) também registra a denominação e a inimizade entre as duas tribos localizadas no rio Copari. Segundo Bates, as hostilidades entre essas tribos começaram quando os Munduruku exterminaram os Juma e os Jacare. O fato de ambos os autores localizarem os Parauarête na margem direita do Tapajós leva a pensar que se referem à mesma etnia, que, hostilizada, deslocara-se para o sul.

Para os Tapayuna, Coudreau confirma as localizações fornecidas pelas fontes anteriores: o rio dos Peixes. E na margem oposta do Arinos, localizavam-se os Nambikwara. Mais ao sul, no rio dos Patos, um afluente da margem direita do Arinos, encontravam-se os Bakairi mansos. Entretanto, Coudreau dá uma segunda localização para esses indígenas, ou seja, na confluência do rio Paranaita com o Teles Pires. Finalmente, no território que existe entre esse rio e o Arinos encontrar-se-iam os Bakairi bravos e os Kayabi bravos.

A ECONOMIA EXTRATIVISTA E AS INCURSÕES PORTUGUESAS

A atividade extrativista portuguesa na área Madeira-Tapajós (em busca de cravo, cacau, salsaparrilha e outras "drogas do sertão") já tinha começado em inícios do século XVII, a partir de Belém, mas inicialmente sem estabelecimentos fixos. O povoamento militar na área começa com a construção pelos portugueses de um forte na foz do Tapajós. A viagem de Melo Palheta (1723) às cabeceiras do Madeira é a primeira tentativa oficial para um reconhecimento da área. Em 1749, na altura de Manicoré, já existem duas feitorias portuguesas, dedicadas ao cultivo de cacau. Posteriormente à expulsão dos jesuítas, porém, as hostilidades por parte dos Arara, Mura e Munduruku são apontadas como causa do despovoamento e do declínio da navegação do Madeira. Segundo Bates, poucos eram os que se aventuravam, em meados do século XIX, no interior do rio em busca de drogas (1979:124).

Com a frente mineradora que, no século XVIII, promove o povoamento de Mato Grosso, o interesse por uma ligação fluvial com o Pará, pelos rios Tapajós e Madeira, faz com que a navegação desses rios, inicialmente interditada (aparentemente para evitar o despovoamento do Pará com um êxodo para as minas), seja liberada, em 1852 para o Madeira e em 1790 para o Tapajós, o qual passa a ser utilizado, precariamente, pelos comerciantes de Cuiabá. Apesar do pouco sucesso das minas do rio Arinos (Santa Isabel), exauridas por voltas de 1747, a região foi sendo envolvida pela presença do branco, e em 1816 tomaram-se as primeiras providências para regularizar a navegação do sistema Tapajós-Juruena-Arinos. O ponto visado para um núcleo de povoamento definitivo foi a vizinhaça do salto Augusto (8° 50' de latitude sul), onde uma aldeia de Apiaká foi sede de um estabelecimento que, entretanto, poucos anos durou.

Com a elevação das capitanias a províncias e a criação da do Amazonas, em 1850, o território da área Madeira-Tapajós é dividido administrativamente entre esta, o Pará e Mato Grosso. O governo da primeira dá uma atenção particular à colonização e à catequese da região do Madeira, cuja navegação é reativada com o novo período de atividades e a eclosão do ciclo da borracha. Em 1869 tenta-se a construção de um caminho junto às cachoei-

ras que facilite a passagem das embarcações para Mato Grosso. Em 1878 procura-se construir, a partir da cachoeira de Santo Antônio, a estrada de ferro Madeira-Mamoré, que devia alcançar o território boliviano, empreendimento esse que só se concretiza no início do século XX.

O ESTABELECIMENTO DE MISSÕES

A área Madeira-Tapajós foi inicialmente entregue à catequese jesuítica, obedecendo esta à conhecida estratégia de aumentar a população de catecúmenos nas missões fundadas ("aldeamentos") com índios "descidos" de aldeias originais rio acima. A catequese provocou, assim, grande movimentação nas populações indígenas, não só pelos descimentos, concentrando num mesmo aldeamento indivíduos oriundos de grupos diversos, mas também porque muitos indígenas, abandonando as missões, se reagrupavam em locais diferentes das aldeias de origem. Não é fácil acompanhar esses deslocamentos, uma vez que muitas missões eram elas mesmas transferidas pelos jesuítas, além de figurarem nos mapas da Companhia às vezes com nomes diversos.

A primeira missão fundada na área foi a dos Tapajós (1661) na foz do rio homônimo, seguindo-se Tupinambarana (1669) com aldeamento no rio de mesmo nome, hoje Mamuru, transferido logo rio acima e terra adentro por Antonio da Fonseca, seu primeiro missionário (Betendorf, 1910:36).

Em 1683, José Barreiros e João Ângelo Bonomi fundaram uma missão entre os Iruri, já no Madeira (foz do rio Matuará), assistindo no ano seguinte entre os índios Parapixâna, Aripuanã, Torerizes e Onikoré, provavelmente a partir dessa missão-sede. Em 1691, após um ataque dos brancos, ela é transladada para a aldeia dos Abacaxis, na confluência desse rio com o Canumá, mais tarde (1757) mudada para a margem esquerda do Madeira, recebendo o nome de Serpa e, finalmente — com nova mudança, para a margem esquerda do Amazonas —, o de Itacoatiara, missão que, em 1768, estava povoada com Iruri e Arara provenientes da antiga aldeia dos Abacaxis.

Em fins do século XVII, Betendorf (1910:36-7) assinala a assistência dos missionários nas aldeias dos Andirá, Kuriató e Maguazes. No início do século XVIII, os jesuítas voltaram a missionar no Madeira, fundando em 1724 o aldeamento de Santo Antônio de Araretama (8° 55' de latitude sul). Atacada pelos Mura, esta missão — também chamada de Trocano — foi mudada várias vezes ao longo do Madeira, até constituir, finalmente, a vila de Borba.

No Tapajós foram fundadas pelos inacianos as missões de São José dos Maitapus (1722), Iburari (1723), Nossa Senhora dos Arapiuns (1723) e Santo Inácio (1740), havendo jesuítas também em Santa Cruz, local de leigos segundo Daniel (1860:437). De acordo com Serafim Leite (1943, III:365), os jesuítas não fizeram longas entradas no Tapajós, não passando do setor das cachoeiras, explorando-o e a seus afluentes, porém, em todas as direções.

Fica evidenciado, assim, o intenso grau de movimentação que os jesuítas tinham nessa região desde fins do século XVII e inícios do XVIII. Com a expulsão dos jesuítas em 1757, todas as suas aldeias foram elevadas à categoria de *vilas* ou *lugares* e passaram à administração secular. Surgem então as diretorias de índios com o objetivo de manter os aldeamentos e administrar o trabalho indígena, o que dificultou bastante a ação dos missionários, continuada nas décadas seguintes pelos carmelitas e franciscanos.

Já em 1798 está entre os Mawé, trabalhando intensamente na defesa dos índios contra a escravização, o franciscano frei José das Chagas, considerado o "Anchieta da Mundurucânia". A ele se junta anos depois o missionário João Pedro Pacheco, e em 1849 é criada a missão do Andirá, para onde vai também o capuchinho Pietro Ceriana, atuando aí até 1855 (Uggè, 1984:46).

Em 1827, os carmelitas fundaram a missão de Sapucaiaoroca, na margem esquerda do baixo Madeira (com índios Mura, Munduruku, Arara e Arupa), estendendo seu trabalho dali até o rio Machado. Outra missão, São Pedro Alcântara, estabelecida em 1854 na margem direita do Madeira (7° 20' de latitude sul) foi entregue aos franciscanos, que fundaram ainda, em 1871, na altura da ilha das Popunhas (num antigo aldeamento mura), a missão de Apóstolo Pedro e, no ano seguinte, a de São Francisco, no rio Preto, à margem direita do Madeira (com índios Tora, Arara e, posteriormente, Urupa, Jaru e Matanawi). A ação dos franciscanos estendeu-se também aos Karipuna e Pama, já no setor das cachoeiras. Atritos

Apiacás, desenho a tinta que ilustra o manuscrito "L'Inventeur au Brésil", de Hercules Florence (oitavo caderno, setembro de 1856).

com comerciantes abortaram um projeto de missão no Marmelos (com Tora, Matanawi e Pirahã) e, por volta de 1880, começou a decadência dos franciscanos no Madeira.

No Tapajós, em 1851, frei Egidio de Garesia atendia às aldeias de Santa Cruz, Curi e Ixiuba e, três anos mais tarde, às de Santa Teresa e Maloca Nova, todas integradas por Mawé e Munduruku. Mas, a partir de 1859, os capuchinhos só mantinham a missão de Bobure, atendendo exclusivamente aos Munduruku. A decadência se acentua a ponto de Coudreau, em sua viagem pelo Tapajós, não se referir a estabelecimento religioso algum.

CONSEQÜÊNCIAS DA DEPOPULAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO CULTURAL NAS SOCIEDADES LOCAIS

É muito provável que as relações que os Tupinambá mantinham com outros grupos tribais sejam responsáveis por uma tupinização dos Munduruku e Mawé. Por outro lado, as relações de dominação exercidas na margem esquerda do Tapajós, da foz até a cachoeira do Bobure, pelos Tapajós sobre outros grupos locais (Maraguá, Mawé, Curiato, Andirá) com certeza tiveram conseqüências importantes sobre os dominados, seja devido à guerra, seja devido ao intercâmbio.

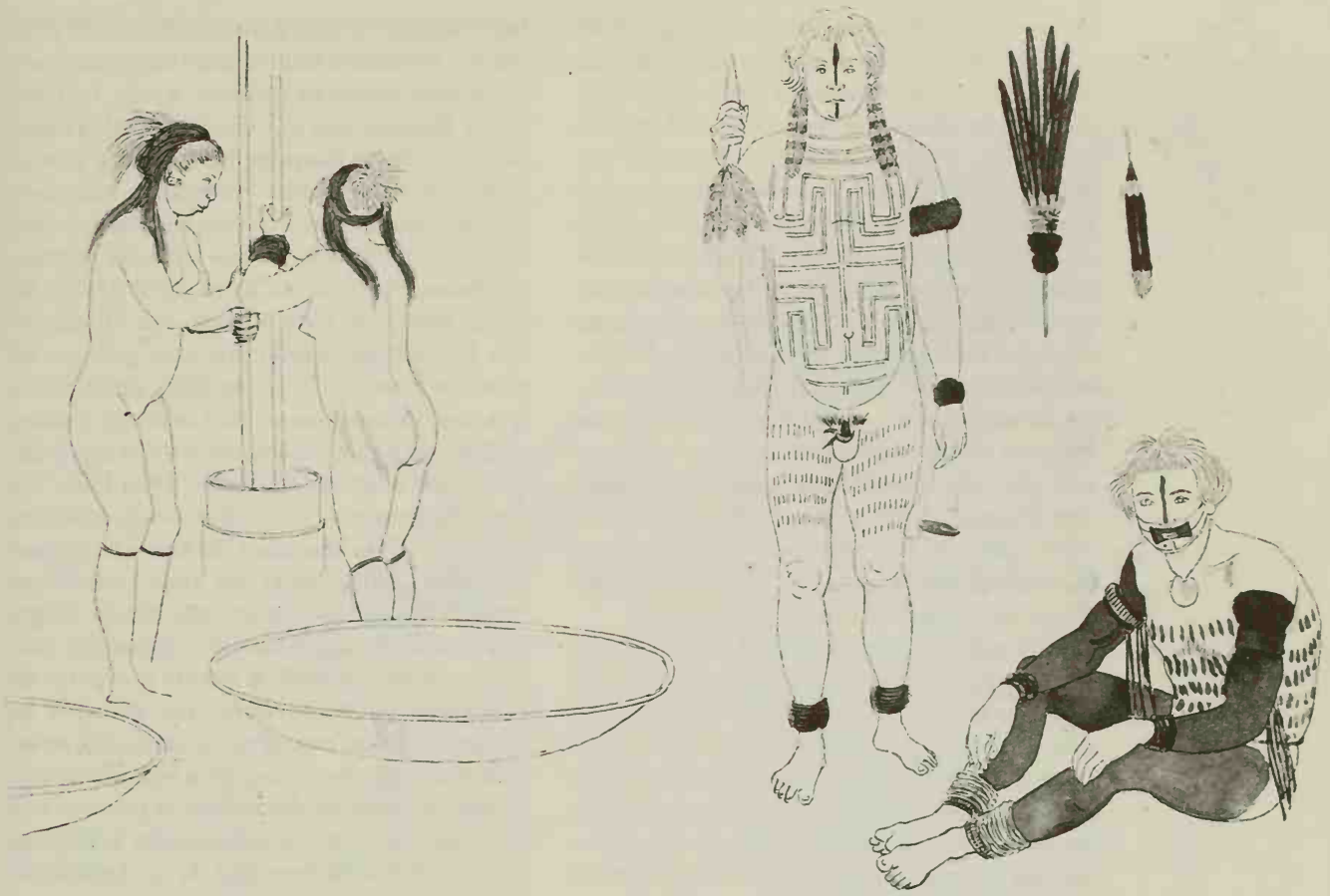
A partir da segunda metade do século XVII, a aparição do branco de uma maneira mais organizada e efetiva apresenta-se como um elemento desestabilizador do *status quo* existente até então na área, tendo como uma das primeiras conseqüências já nos fins do século uma diminuição (por hostilidades ou epidemias) dos contingentes tupinambá, tapajós e iruri. Diminuída a resistência desses grupos que primeiro entraram em contato com o branco, outros grupos interioranos passam a ocupar territórios mais periféricos, passando a ter a mesma experiência.

Com o tempo, a presença cada vez maior do branco, representada tanto pelos buscadores de drogas e escravos quanto pelos missionários, obriga alguns grupos a uma aproximação. É o caso dos Tapajós que, após um contato inicial cruento, estabeleceram, pressionados pelos portugueses, um intercâmbio baseado na troca de escravos que obtinham por meio da guerra com os grupos vizinhos (Acuña, 1941:273).

Segue-se um período em que as relações dos indígenas com o leigo integrante da frente de ocupação desenvolvem-se num plano mais ou menos pacífico, em que os atritos são esparsos ou atenuados pela mediação dos inacianos, cuja expulsão tem como conseqüência, para a segunda metade do século XVIII, um novo período de confrontos violentos. Mawé[22] e Munduruku,[23] entre os quais a ação dos jesuítas foi bastante intensa, ilustram bem esse processo. Em 1714, o rio Mahué é um dos locais mais trabalhados pelos inacianos, não se tendo notícias sobre confrontos nessa área. Na segunda metade do século, os Mawé possuíam intenso comércio de drogas e de guaraná com o colonizador. Para 1763 são assinalados atritos entre eles e o branco (São José, 1847:100-1); em 1769 é proibido pelo governo do Pará todo comércio com os Mawé, proibição essa causada pela morte pelas mãos dos índios de vários brancos responsáveis pelo intercâmbio. Na mesma época, as relações entre os Munduruku e os brancos se deterioram, começando pelo ataque que aqueles efetuaram à fortaleza do Tapajós (1780) até que, em 1795, uma força militar do Pará consegue impor a paz definitiva.

Na parte sul da área Madeira-Tapajós, os brancos entraram em contato pacífico com os Pama e os Karipuna, sem que se registrassem quaisquer hostilidades até muito mais tarde, com o estabelecimento da frente extrativista da borracha e dos trabalhos da estrada de ferro Madeira-Mamoré. Quanto aos Apiaká, as notícias do século XVIII que possuímos para esses indígenas não registram hostilidades para com o branco, que passa a utilizá-los como mão-de-obra para a navegação e as atividades extrativistas, levando-os a uma rápida adoção do *modus vivendi* da frente.

A utilização de tropas mercenárias constituídas por aborígines — e especialmente Munduruku — contra outros grupos indígenas parece ser fator de capital importância para a mobilidade tribal na área, no decorrer de boa parte do século XIX, momento em que a presença do branco afirma-se de modo definitivo. Cumpre lembrar, porém, que essa utilização baseia-se na dinâmica própria dos grupos localizados na área Madeira-Tapajós, ou seja, o branco não cria hostilidades entre os Munduruku e seus vizinhos, mas aproveita-se das já existentes (Bates, 1979:181-2; Mattos, 1858:138; Tocantins, 1870:140). Os confrontos dos Munduruku, por volta de 1786, com efe-



Acima, à esquerda: Duas mulheres Apiacás socando milho, 1828. Aquarela e nanquim a pena de Hercules Florence.

Acima, à direita: Apiacás com ornamentos, 1828. Aquarela e nanquim a pena de Hercules Florence.

tivos mura, obrigando estes a deixar o Madeira e dirigir-se para oeste (Anônimo, 1873:371), são anteriores a qualquer aliança com o branco. A esse período também parece possível remeter o início das hostilidades dos Munduruku com seus outros vizinhos — Arara, Juma, Jakare, Parintintins, Parauarête, Apiaká etc. —, que se estendem até o século XIX e por ele adentram, já então insufladas pelo branco.

Evidentemente, as conseqüências das guerras após a chegada dos europeus são outras. Embora não seja fácil levantar estatísticas, os confrontos, pelas suas próprias finalidades, se tornam mais destrutivos. Em primeiro lugar, porque redundam na escravização de tribos inteiras para trabalharem em atividades de exportação (como as "drogas do sertão", mais tarde, a borracha, a mineração) ou numa agricultura de sustentação do colonizador local (missionários e tropas militares no início, população das vilas, depois), incluindo-se mercados como Belém, Cuiabá e regiões mais distantes ainda.[24] Mesmo no caso de sociedades como a dos Tapajós, que conheciam a escravização, a exploração do trabalho escravo jamais teve essa intensidade em tempos pré-colombianos. A morte dos índios submissos ao colonizador branco foi igualmente muito mais significativa, não só pela violência com que foram submetidos, mas também pelo contágio de doenças antes desconhecidas. E, além disso, houve ainda as guerras de extermínio, como a contra os Mura e as muitas outras "guerras justas", como se denominavam essas expedições punitivas.

O PAPEL DA POPULAÇÃO INDÍGENA NA CABANAGEM (1835-9)

RELAÇÕES INTERÉTNICAS E DE CLASSE NA AMAZÔNIA DO SÉCULO XIX

As notícias da independência do Brasil chegaram com grande atraso ao Norte, ligado, desde a administração pombalina, diretamente a Portugal. Naturalmente isso não impede que cheguem ao Norte do Brasil notícias dos acontecimentos europeus e, particularmente, ecos das idéias de liberdade, fraternidade e igualdade que animaram a Revolução Francesa. Estes, naturalmente, são interpretados de modo

diverso pelos diferentes setores da população colonial. Para os portugueses radicados no Brasil[25] e os descendentes de portugueses nascidos no Brasil e pertencentes à classe dominante — leigos e religiosos, donos de terras ou de negócios, de carreira militar ou administrativa, classe esta que se apresenta, aliás, na Amazônia novecentista já bastante mestiçada —, os ideais revolucionários significavam geralmente tão-só um projeto de eliminação do status colonial e a equiparação de direitos com Portugal. Por parte de uma grande maioria de explorados — mestiços pobres, negros escravos ou quilombolas e índios — a expectativa foi a de liberdade para todos, ideal esse que animou a Cabanagem do Pará e Amazonas[26], que, por isso mesmo, nos fornece uma boa radiografia das relações interétnicas e de classe na Amazônia do século passado.

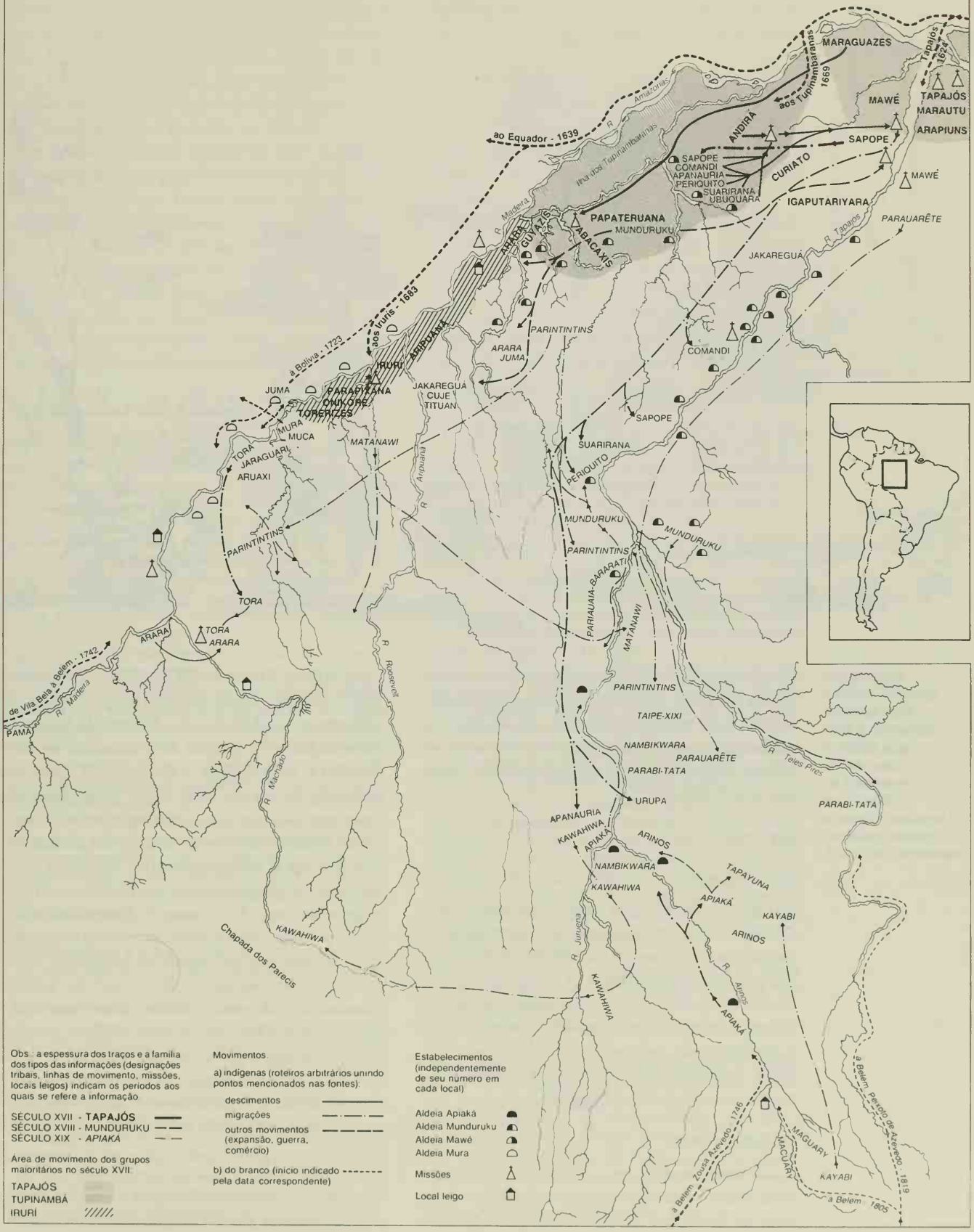
Entende-se, assim, que em todas as fontes oficiais, legalistas, a revolta seja caracterizada como "anarquia". Efetivamente, numa economia baseada no trabalho escravo e semiescravo, tanto nas atividades extrativas (coleta, caça, pesca) quanto nos roçados de produtos para o consumo da população branca e mestiça tornada proprietária, a liberdade dessa mão-de-obra redundaria numa imediata e total desarticulação do modo de produção imposto pelo colonizador.

REBELDES E COLABORADORES: PARTICIPAÇÃO INDÍGENA NA REVOLTA

Houve, sem dúvida, uma participação considerável dos índios na Cabanagem. É preciso, no entanto, entender que não se trata de adesão de comunidades indígenas, de forma coesa. Como já referido, no século anterior, com a expulsão dos jesuítas, os diretórios de índios, instituídos por Pombal, sujeitavam os índios a um trabalho oficialmente remunerado, mas na prática nada diferente da escravidão. Apesar de todas as medidas para evitar índios arredios, "vagabundos", muitos se dispersavam: são portanto índios já destribalizados, "descidos" ou descendentes de "descidos", cujas aldeias originais em parte já não mais existiam. É parte dessa população "tapuia" internada em pequenos grupos com os seus tuxauas, que se junta aos cabanos. Já os índios responsáveis pelas roças que se havia conseguido fixar nas povoações estavam muito mais sujeitos às influências das autoridades religiosas ou leigas das vilas, e tiveram atitudes contraditórias em relação aos revoltosos, muitos deles chegando mesmo a lutar contra os cabanos. Assim, no tempo de Bararoá (um dos vencedores dos cabanos), o tuxaua Joaquim José Pereira e seus índios do rio Abacaxis "prestaram valiosíssimos serviços contra a revolução" (Bernardino de Souza, 1988:149). Parece tratar-se do mesmo tuxaua referido por Bates (1979 [1863]:181) como chefe "de toda a nação dos Mundurucús [...] recompensado por uma patente do exército brasileiro". É contudo significativo que nos documentos oficiais este seja o único registro de índios colaboradores dos legalistas, pois como observa Chiavenato (1984:152), "sobre a Cabanagem só existem os documentos do poder". Nas atas das Câmaras Municipais (Miranda, 1908; 1984) das vilas amazônicas (muitas das quais ficariam por algum tempo sob o controle dos cabanos) transparece, contudo, a grande adesão à revolta por parte da população indígena. Assim, por exemplo, os planos de defesa contra os cabanos, com as indicações para que se impeça a entrada de suspeitos nas malocas dos índios, se procure instruir pessoas a serem informantes infiltrados entre os índios da freguesia do rio Andirá etc. Nota esse mesmo autor que, já derrotados os cabanos em Belém, concentrando-se rio acima, "das cabeceiras do Tapajós, os rebeldes passavam facilmente para a bacia do Maués" (1984:91). Assim, embora os legalistas tenham derrotado os cabanos em Icuipiranga — onde, sob o comando de Apolinário Maparajuba, tinham em 1936 a sua grande concentração —, "esqueceram que internando-os, Tapajós a dentro, eles viriam engrossar as suas fileiras dentro da comarca. Luséa (ou vila da Conceição: Maués) viu-se assim presa de novas depredações e entregue à anarquia. No Madeira, os cabanos aliciavam de preferência os índios [...]. Borba caíra em poder de uma dessas hordas mais rapaces. Seus moradores tiveram de salvar-se a nado, deixando as casas e as roças à mercê dos saqueadores. No Crato sucedera a mesma coisa" (ibidem).

É nessa fase final da revolta que a "Mundurucânia" foi o espaço principal da Cabanagem, com a participação de Mawé, Mundurukú e remanescentes Mura, chacinados em 1838, na região do rio Autaz. A rendição final dos cabanos se deu em Luséa, em 1840 (Bernardino Souza, 1988:221). O explorador italia-

Movimentos dos povos na área do Madeira-Tapajós (séculos XVII a XIX)



Maloca dos Apiacás sobre o Rio Juruena, desenho a tinta que ilustra o manuscrito "L'Inventeur au Brésil", de Hercules Florence (oitavo caderno, setembro de 1856).

no Gaetano Osculati, quando passou por Santarém em 1848, observou que a população dessa vila, que era de 6 mil antes da revolta, havia baixado para 4 mil (incluindo brancos, escravos negros e índios, principalmente Munduruku e Mawé).

FONTES

SÉCULO XVI

Crônica de Gaspar de Carvajal (1941 [1539]).[27] Essa crônica permite detectar algumas características do padrão de povoamento das nações que habitavam às margens do Amazonas. Ao percorrer o curso médio desse rio, Carvajal nos fornece também uma descrição paisagística do meio ambiente da floresta tropical, correspondente à várzea amazônica entre os rios Madeira e Tapajós.

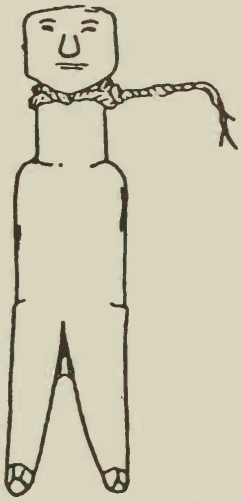
SÉCULO XVII

A documentação para o século XVII é muito mais vasta e está constituída também por uma série de crônicas: Acuña (1941 [1637]), Cruz ('900 [1651]), Heriarte (1975 [1662]), Betendorf (1910 [1669]), Fritz (1918 [1691]). Destas, a "Chronica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão" de Betendorf é, sem dúvida, o documento mais importante do século XVII, tanto pelas diversas oportunidades em que esse missionário esteve na região, como pelo fato de ele incluir na sua crônica as informações que os outros missionários apresentam nos seus relatos ou correspondências. A crônica de Betendorf é de grande valia, ainda, para termos uma visão aproximada dos aldeamentos religiosos estabelecidos na margem meridional do médio Amazonas e do seu trabalho. Esse missionário descreve a localização dos diversos grupos indígenas que registra, as suas práticas de subsistência, as características ambientais da região e, algumas vezes, fornece dados sobre o comércio e o contato intertribal.

SÉCULO XVIII

Quanto à documentação para o século XVIII, é representada por correspondências e diários

de viagens de religiosos e agentes do governo, destacando-se, para a área Tapajós-Madeira, a carta do padre Bartolomeu Rodrigues ao padre Jacinto de Carvalho (1714); a obra do padre João Daniel (1976), que nos fornece um balanço do conhecimento e da obra jesuítica no Amazonas em meados do século XVIII e descreve muitos dos costumes das "nações" às quais se refere, possibilitando ainda uma visão das mudanças introduzidas nas práticas agrícolas tradicionais dos povos indígenas a partir do sistema de aldeamento religioso, tratado extensamente por ele; e ainda o diário de viagem do padre João de São José (1869 [1762-3]) pelo rio Amazonas e Tapajós, que menciona os aldeamentos religiosos deste último rio observando com precisão o cultivo do guaraná entre os Mawé e descrevendo muitos dos costumes destes, inclusive a Festa da Tocandira, um dos principais rituais dessa etnia.



SÉCULO XIX

As três principais fontes para esse período são os relatos de Spix e Martius (1961 [1817-20]), de Coudreau (1977 [1896]), de Bates (1978 [1848]) e João Barbosa Rodrigues (1875, 1882 e 1903).

Dos Relatórios de Presidente de Província, e outros relatórios administrativos, destaca-se o relatório da Diretoria Geral dos índios, escrito por João Wilkens de Mattos (1858), que relata com precisão a localização e o contingente de vários aldeamentos Mawé e Munduruku, nos rios Guaranatuba e Mahué-Assu.

NOTAS

(1) O raio de influência dos Tapajós na margem esquerda do rio homônimo estendia-se a uma área de aproximadamente 180 km^2, de acordo com o registro arqueológico evidenciado (Nimuendaju, 1949; Meggers, 1977). Quanto aos Tupinambaranas, além da grande ilha homônima, ocupavam no início do século XVII o território compreendido entre essa ilha e o rio Tupinambarana ou atual Mamuru, a leste.

(2) Excluídos os Abacaxis, Maraguás, Cariatos e Guayazis, a maior parte dos outros nomes desaparecem dos registros da região.

(3) A missão dos jesuítas entre os Iruri ficava na foz do rio homônimo (ou Matuará).

(4) Dois exemplos que ilustram esse processo são fornecidos pelo padre Fritz. O primeiro, quando indica os Tupinambá como "antigos moradores" da ilha Grande, que na sua época era habitada pelos Guayazis; mais ao sul o território aparece ocupado pelos Arara e Papateruâna, até então desconhecidos. O segundo exemplo refere-se ao setor oposto da área, na margem esquerda do Tapajós, onde, ao sul dos Maraguá, aparecem, pela primeira vez, os Mawé, Sapupé e Igapuitariyra, ocupando um território que antes estivera predominantemente sob a influência dos Tapajós.

(5) De norte a sul aparecem os Oantas, Guajaris, Purupurus, Capanas, Guaraces, Joahens, Pamas, Cavaripunas e Guarajus, os penúltimos e os últimos ocupando também a margem direita. Os Oantas, Guaraces e Joahens não são registrados por fontes posteriores.

(6) Como sendo a quinta cachoeira do Madeira, os Pama na margem direita e os Caripuna na esquerda (Braum, 1860:460). Os Guarajus voltam a ser mencionados como "Guaraiutá" por Gonçalves da Fonseca (1874:398-405) e são estudados em 1972 por Riester, localizados nas margens do rio Itenes (Guaporé), sob a denominação de Guarasugwa.

(7) Também no sentido norte-sul, aparecem aí os Iruri, Aripuanã, Anhagatiiga, Terari, Unicore, Mucas e Mura, Tora/Toratoraris-Jaraguaris-Aruaxis, Arara, Manis, Curupus, Purerus, Jaguaretus, Abacaxis (antigos Chichirinins), Pamas, Camarateris e Guarajus.

(8) Os Mura tornar-se-ão posteriormente extremamente agressivos contra os brancos, e Daniel (1860:167) assinala, como causa para o início das hostilidades, os desmandos de um português que, aproveitando-se do trabalho feito entre eles por um missionário, escravizara um grupo de Mura.

(9) Rio Canumá: Guapinas, Muraguaz, Pixunas, Carapayanas.

(10) Não dispomos de dados para relacioná-los com os Maraguas localizados nesse rio. Estes últimos parecem ser integrantes dos Maraguas descidos para a aldeia dos Abacaxis, em 1692, pelo padre Antonio da Cunha (Betendorf, 1910:526).

(11) Rio dos Maguês: Neutus, Aitoriâ, Aneuguat, Opptiâ, Moguiriâ, Aigobiriâ, Sapopes, Periquitos, Pencorariâ, Mocaioriâ, Apanariâ, Soarirana, Monçaû, Paramoriâ, Surridiâ, Ubucoaras, Sapium.

(12) Rio Andirá: Unaniâ, Guaranaguat, Abuaturiâ, Uipiriâ, Kiâoiat, Acaioaniâ, Pyrapoiguat, Abucoât, Jacareoât, Pyraroât, Pyririâ, Avueteriâ, Uematrê.

(13) Rio Guamuru: Maniquera, Abiariâ.

(14) Rio Mariacoâ/Acuriato: Mariarõi, Abucaoaniâ, Moriciru, Janhagoâ, Sacorimatiâ, Itixingoaniâ, Mokriutrê, Arixaroi, Muraât, Mateupû, Ocpiporiâ, Içuaioât.

(15) Numa outra passagem de sua viagem, ao descrever os furos do rio Matary, um afluente da margem setentrional do Amazonas, pouco acima da desembocadura do Madeira, Noronha refere-se a Sapupe e Periquito nessa região.

(16) No curso médio e superior, os grupos só relatados por São José: Bradocas, Necurias, Semicurias, Anijuarias e Apecuarias.

(17) Os outros são: Marixitas, Apucurus, Murivas e Muquírias.

(18) Nimuendaju relaciona os Arinos com os Tapayuna e os Maguary com os Bakairi (1948:310).

(19) Para o rio Andirá, temos uma missão com 507 Mawé (Anônimo:1906). No rio homônimo, além da vila de Maués, existia uma aldeia Paricatuba, com 22 casas. No rio Guaranatuba, havia um total de cinqüenta sítios, num total avaliável em trezentos Mawé ou mais. Quanto aos Munduruku, na margem direita do Mahué encontrava-se a aldeia Mucajatuba, e a uma dis-

tância de trinta léguas dela, havia 75 sítios com uma população de seiscentos índios. No rio Abacaxis, além da aldeia propriamente dita com dezessete casas, contabilizavam-se 134 sítios com 1072 Munduruku; e na freguesia do Canumá existiam 111 sítios com 888 índios dessa tribo (Mattos, 1858:138).

(20) Para essa mesma época, Rodrigues (1875:124, 135) informa da existência de doze "malocas" munduruku no curso do Tapajós, sendo duas delas extintas: uma na foz do Jamaxim e a outra na altura da cachoeira do Mangabal. Das habitadas, a de Bacabal era a mais populosa, somando entre todas 1200 indígenas. Já para as campinas localizadas no curso do alto Cururu, afluente da margem direita do Tapajós, esse autor menciona 32 "malocas", porém sem dizer-nos o número de seus ocupantes.

(21) "[...] cada uma das aldeias não tem mais de uma casa muito grande, comprida, repartida em três corredores, servindo o do meio para passeio e nos lados é onde estão as redes, e sobre elas tem um girau de madeira para empilharem o milho e outros mantimentos, ficando-lhes as baixas portas nas quatro frentes: as paredes desta casa são de casca de pau de castanheiro: Toda esta nação habita 100 ou 150 passos distantes do rio" (Anônimo, 1898:102).

(22) Em 1691, quando os Mawé são registrados pela primeira vez, os jesuítas já tinham uma ação significativa no território.

(23) Na realidade, os Munduruku passaram desde cedo a comerciar com o branco. No Tapajós, esse comércio baseava-se na troca de salsaparrilha, fava tonca e mandioca — 3 mil a 5 mil cestos anuais — por produtos manufaturados (Bates, 1979:181). Os índios dos rios Canumá, Abacaxis e Mahué dedicavam-se também ao cultivo do guaraná, mandioca, milho, tabaco, café e empregavam-se na extração do óleo de copaíba, devendo também comercializar o excedente desses produtos. Um dos centros devia ser a vila de Mahués, na foz do rio homônimo, e a importância desse comércio está dada pelo fato de os habitantes de Cuiabá ali irem uma vez ao ano comprar guaraná.

(24) "Cada ano descem pelo Madeira mercadores da Bolívia e Mato Grosso [...] vão a Maués, donde levam mil arrobas de guaraná regressando então com suas ubás carregadas [...] que vão vender nos departamentos de Reni, Santa Cruz de la Sierra e Cochabamba, na Bolívia, e nas povoações de Guaporé e seus afluentes" (Souza, 1875:3ª parte, 10).

(25) Os portugueses natos, só com a notícia da abdicação de d. Pedro I (que também chega com atraso à Amazônia), são hostilizados abertamente.

(26) Ainda que, no decorrer da revolta, os negros acabem sendo traídos, como observa Chiavenato (1984:125-33).

(27) A primeira das datas mencionadas corresponde ao ano em que a obra foi escrita, e a segunda à edição utilizada.